

# Demandas e Contextos da Educação no Século XXI 2

Karina Durau  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Karina Durau  
(Organizadora)

# Demandas e Contextos da Educação no Século XXI 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Karine de Lima

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D371 Demandas e contextos da educação no século XXI 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Karina Durau. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Demandas e Contextos da Educação no Século XXI; v. 2)

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7247-083-4  
DOI 10.22533/at.ed.834190402

1. Educação. 2. Ensino superior – Brasil. I. Durau, Karina.  
CDD 378.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Demandas e contextos da educação no século XXI” apresenta um conjunto de 62 artigos organizados em dois volumes, de publicação da Atena Editora, que abordam temáticas contemporâneas sobre a educação no contexto deste século nos vários cenários do Brasil. No primeiro volume são apresentados textos que englobam aspectos da Educação Básica e, no segundo volume, aspectos do Ensino Superior.

Práticas pedagógicas significativas, avaliação, formação de professores e uso de novas tecnologias ainda se constituem como principais desafios na educação contemporânea. São tarefas desafiadoras, porém que atraem muitos pesquisadores, professores e estudantes que buscam discutir esses temas e demonstram em suas pesquisas que o conhecimento sobre todos os aspectos que envolvem os processos de ensino e de aprendizagem na Educação Básica e no Ensino Superior requerem uma prática pedagógica reflexiva. Muitas pesquisas indicam que cada grupo de docentes e discentes, em seus contextos social e cultural, revelam suas necessidades e demandam uma reelaboração sobre concepções e práticas pedagógicas para os processos de ensino e de aprendizagem.

Nessa perspectiva, o volume I desta obra é dedicado aos pesquisadores, professores e estudantes que se aplicam aos estudos de toda a complexidade que envolve os processos de ensino e de aprendizagem da Educação Básica, incluindo reflexões sobre políticas públicas voltadas para a educação, práticas pedagógicas, formação inicial e continuada de professores, avaliação e o uso de novas tecnologias na educação.

Já o volume II é dedicado aos pesquisadores, professores e estudantes que se interessam pelas demandas do Ensino Superior, como a relação entre a teoria e a prática em diversos cursos de graduação, seus processos de avaliação e o uso de tecnologias nesse nível da educação.

Assim esperamos que esta obra possa contribuir para a reflexão sobre as demandas e contextos educacionais brasileiros com vistas à superação de desafios por meio dos processos de ensino e de aprendizagem significativos a partir da (re) organização do trabalho pedagógico na Educação Básica e no Ensino Superior.

Karina Durau  
(Organizadora)

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....   | <b>1</b>  |
| A INTRODUÇÃO DO REGIME UNIVERSITÁRIO COMO REGRA BÁSICA DE ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE LEGAL, HISTÓRICA E EDUCACIONAL |           |
| Edelcio José Stroparo<br>Eduardo José Ramalho Stroparo  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8341904021</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....   | <b>18</b> |
| SOB AS ORDENS DA IGREJA: AS AÇÕES DE DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE NA CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO GINÁSIO DE APLICAÇÃO DE SERGIPE (1960-1965)                 |           |
| Ane Rose de Jesus Santos Maciel<br>Danilo Mota de Jesus<br>Josefa Eliana Souza<br>Patrícia de Sousa Nunes Silva   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8341904022</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....   | <b>34</b> |
| PARTICIPAÇÃO COMO ESTRATÉGIA UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DE UMA SOCIEDADE MULTIDIMENSIONAL   |           |
| Fabiana Pinto de Almeida Bizarria<br>Mônica Mota Tassigny<br>Flávia Lorene Sampaio Barbosa  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8341904023</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....   | <b>54</b> |
| DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E TECNOLOGIAS DIGITAIS: POSSÍVEIS CAMINHOS  |           |
| Vicente de Paulo Morais Junior  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8341904024</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | <b>62</b> |
| O ENSINO DE ODONTOLOGIA NA AMÉRICA DO SÉCULO XIX  |           |
| Danilo Mota de Jesus  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8341904025</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | <b>72</b> |
| A EVOLUÇÃO DO ENSINO FARMACÊUTICO NO BRASIL: IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E EFETIVA ATUAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE                                |           |
| Viviane Cecília Kessler Nunes Deuschle<br>Gabriela Bonfanti Azzolin<br>Josiane Woutheres Bortolotto<br>Regis Augusto Norbert Deuschle<br>Rita Leal Sperotto     |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8341904026</b>  |           |



**CAPÍTULO 7 ..... 84**

PERFIL DOS ALUNOS DE UMA DISCIPLINA EM PROMOÇÃO DA SAÚDE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – BRASIL

Mariana Gomes Lourenço Simões  
André Ribeiro da Silva  
Jítone Leônidas Soares  
Cássio Murilo Alves Costa  
Sílvia Emanoella Silva Martins de Souza  
Eldernan dos Santos Dias  
Guilherme Lins de Magalhães  
Jônatas de França Barros

**DOI 10.22533/at.ed.8341904027**

**CAPÍTULO 8 ..... 93**

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Silvera Vieira de Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.8341904028**

**CAPÍTULO 9 ..... 105**

EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA NA CULTURA DA SEGURANÇA DO PACIENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tereza Natália Bezerra de Lima  
Joelma Laurentino Martins de Souza  
Maria Eduarda Lima de Carvalho  
Márcia Andréa Albuquerque Santos de Mendonça  
Nathália Santos de Mendonça

**DOI 10.22533/at.ed.8341904029**

**CAPÍTULO 10 ..... 112**

A TRANSIÇÃO DAS MULHERES TRANSEXUAIS NA PERSPECTIVA DA ENFERMAGEM

Janaina Pinto Janini  
Rosângela da Silva Santos

**DOI 10.22533/at.ed.83419040210**

**CAPÍTULO 11 ..... 128**

O APOIO PSICOLÓGICO EM UMA UNIDADE DE HEMODIÁLISE

Aline Rosa da Costa  
Lucas de Moura Lima  
Maurício Campos

**DOI 10.22533/at.ed.83419040211**

**CAPÍTULO 12 ..... 134**

PERCEPÇÕES E SENTIMENTOS DE PACIENTES SUBMETIDOS A HEMODIÁLISE

Aline Alves Fernandes  
Rayrane Clarah Chaveiro Moraes  
Renata Alessandra Evangelista  
Alexandre de Assis Bueno

**DOI 10.22533/at.ed.83419040212**

**CAPÍTULO 13 ..... 141**

O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS: A PRODUÇÃO EM DISSERTAÇÕES E TESES

Laertty Garcia de Sousa Cabral  
Monique Gonçalves Alves  
Rosely Cabette Barbosa Alves  
Paulo César Goglio

**DOI 10.22533/at.ed.83419040213**

**CAPÍTULO 14 ..... 154**

O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS: A PRODUÇÃO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Monique Gonçalves Alves  
Laertty Garcia de Sousa Cabral  
Rosely Cabette Barbosa Alves  
Paulo César Goglio  
Fátima dos Santos Silva

**DOI 10.22533/at.ed.83419040214**

**CAPÍTULO 15 ..... 164**

EXTRAÇÃO E ANÁLISE DO ÓLEO ESSENCIAL DE *PROTIUM HEPTAPHYLLUM*: UM RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO ENSINO DE QUÍMICA ORGÂNICA

Sidney Gonçalo de Lima  
Eduard David Simões Mourão  
Beatriz da Silva Rodrigues  
Giovanna Morghanna Barbosa do Nascimento  
Josieli Lima da Silva  
Wanessa Sales de Almeida  
Luciana Nobre de Abreu Ferreira  
Francisco Eroni Paz Santos

**DOI 10.22533/at.ed.83419040215**

**CAPÍTULO 16 ..... 176**

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: UMA VIVÊNCIA POSITIVA COM APICULTORES DA CIDADE DE JAGUARARI

Ruth Lêdja da Silva Ferreira de Araújo  
Calixto Júnior de Souza  
Ester Doanni da Silva Ferreira Dias  
Andrezza Tuanny Martins da Silva  
Maria Muritiba de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.83419040216**

**CAPÍTULO 17 ..... 180**

OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR AUTOMOTIVO DO SUDESTE GOIANO

Sara da Costa Fernandes  
Vagner Rosalem  
Euclides Fernandes dos Reis  
Márcio do Carmo Boareto  
Vanessa Bitencourth dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.83419040217**

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....   | <b>193</b> |
| LOGOS - CADERNO DE ESTUDOS E EXERCÍCIOS DE LÓGICA DO AMBIENTE DE ENSINO HERÁCLITO  |            |
| Fabiane Flores Penteado Galafassi<br>Cristiano Galafassi<br>João Carlos Gluz<br>Rosa Maria Vicari  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.83419040218</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....   | <b>205</b> |
| A CULTURA DE MASSA E A ARTE EDUCAÇÃO BRASILEIRA  |            |
| Edilmar Marcelino<br>Ana Beatriz Buoso Marcelino   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.83419040219</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>219</b> |
| ENSINO DE ANTROPOLOGIA E A HUMANIZAÇÃO ANTROPOLÓGICA: OS DESDOBRAMENTOS EDUCATIVOS NOS ESTUDO DAS DIFERENÇAS CULTURAIS   |            |
| Ivan Penteado Dourado  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.83419040220</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....   | <b>239</b> |
| O NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DO CURSO DE DIREITO DA UNICRUZ COMO UMA FERRAMENTA DE ENSINO DA PRÁTICA PROCESSUAL: POSSIBILITANDO O ACESSO À JUSTIÇA DA COMUNIDADE CARENTE |            |
| Jéssica Reis Silvano Barbosa<br>Vanessa Mastella Soares<br>Raquel Buzatti Souto  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.83419040221</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....   | <b>246</b> |
| AGÊNCIAS REGULADORAS E GOVERNANÇA REGULATÓRIA AMPLIANDO REFLEXÕES PARA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  |            |
| Flavine Meghy Metne Mendes<br>Alcides Fernando Gussi   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.83419040222</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 23</b> .....   | <b>263</b> |
| A GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES SOCIONATURAIS NA PERSPECTIVA DA ENGENHARIA DE RESILIÊNCIA  |            |
| Andréa Jaeger Foresti<br>Luiz Antônio Bressani<br>Cornélia Eckert<br>Luiz Carlos Pinto da Silva Filho  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.83419040223</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 24</b> .....   | <b>281</b> |
| A CONTRIBUIÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS  |            |
| Edla Maria Gordiano Chagas   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.83419040224</b>  |            |
| <b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....  | <b>289</b> |



## A EVOLUÇÃO DO ENSINO FARMACÊUTICO NO BRASIL: IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E EFETIVA ATUAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

### **Viviane Cecília Kessler Nunes Deuschle**

Universidade de Cruz Alta, Curso de Farmácia,  
Centro de Ciências da Saúde e Agrárias - RS

### **Gabriela Bonfanti Azzolin**

Universidade de Cruz Alta, Curso de Farmácia,  
Centro de Ciências da Saúde e Agrárias - RS

### **Josiane Woutheres Bortolotto**

Universidade de Cruz Alta, Curso de Farmácia,  
Centro de Ciências da Saúde e Agrárias - RS

### **Regis Augusto Norbert Deuschle**

Universidade de Cruz Alta, Curso de Farmácia,  
Centro de Ciências da Saúde e Agrárias - RS

### **Rita Leal Sperotto**

Universidade de Cruz Alta, Curso de Farmácia,  
Centro de Ciências da Saúde e Agrárias - RS

**RESUMO:** Há 30 anos, foi instituído no Brasil o Sistema Único de Saúde (SUS) que passou por períodos de adaptações e mudanças, bem como implantação de diversos programas com vistas a beneficiar o usuário em sua integralidade e de forma interprofissional e colaborativa. Neste contexto, a forma de ensino no País precisou ser revista, principalmente nos cursos que abrangem a área da saúde, para que os profissionais tivessem uma formação que os preparasse para o ingresso nesse sistema em ampla expansão. Desta forma, em 2002, a base curricular do Curso de Farmácia passou por uma reorganização e por transformações

importantes, implantando um perfil profissional generalista, com formação humanista e não mais tecnicista como no passado. Apesar disso, ao longo dos anos, as demandas de qualificar os profissionais e habilitá-los ao trabalho no SUS foram crescendo e, em 2017, novas mudanças foram necessárias. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Farmácia foram previstas no intuito de inserir os acadêmicos e futuros profissionais em todos os cenários de práticas do SUS nos níveis de complexidade do sistema. A formação generalista proporcionou ao profissional uma visão mais humanizada e centrada no paciente e não exclusivamente no medicamento. Os avanços, no que tange a assistência farmacêutica no Brasil, ocorreram de forma lenta e precisam ser intensificados. Contudo, para a efetiva contribuição do farmacêutico no sistema público, muitas ações ainda devem ser previstas e implementadas nas Instituições de Ensino Superior e nos respectivos Cursos de Farmácia para capacitar e qualificar cada vez mais esse profissional imprescindível no cuidado ao paciente em sua integralidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Farmácia. Ensino. Políticas Públicas. Cuidado ao paciente. Assistência Farmacêutica. Atenção farmacêutica. Sistema Único de Saúde.

**ABSTRACT:** For 30 years, the Brazilian Unified

Health System (SUS) which has undergone adaptation and change periods, as well as implementation of various programs aimed at benefiting the user in its entirety and in an interprofessional and collaborative manner. In this context, the form of education in the country needed to be reviewed, especially in the courses that cover the health area, so that the professionals had a training that would prepare them to enter this system in a wide expansion. Thus, in 2002, the curriculum base of the Pharmacy Course underwent a reorganization and major transformations, implanting a generalist professional profile, with a humanist formation and no more technical like in the past. Despite this, over the years, the demands to qualify the professionals and to enable them to work in the SUS were growing and, in 2017, new changes were necessary. The new National Curricular Guidelines for Pharmacy (NCDs) were planned in order to include academics and future professionals in all SUS practice scenarios at the levels of complexity of the system. The generalist formation provided the professional with a more humanized and patient-centered view, not just the medication. Advances in pharmaceutical care in Brazil have occurred slowly and need to be intensified. However, for the effective contribution of the pharmacist in the public system, many actions still have to be planned and implemented in Higher Education Institutions and their Pharmacy Courses to train and qualify this indispensable professional in the care of the patient in its entirety.

**KEYWORDS:** Pharmacy. Education. Public policy. Care of the patient Pharmaceutical Assistance. Pharmaceutical attention. Health Unified System.

## 1 | INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, as áreas profissionais que abrangem a saúde, têm sofrido influência das tendências de mercado e dos aspectos políticos, econômicos e sociais que norteiam as diferentes profissões. A descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS) tem sugerido inovações de práticas em saúde, principalmente nos diversos municípios do País. Desta forma, Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação (MEC) têm estimulado a formação de um profissional que apresente um perfil para preencher uma lacuna existente no sistema de saúde. Profissionais da saúde formados em um modelo biomédico apresentam dificuldades para atuar neste novo contexto, indicando que há a necessidade de aproximação do perfil de competências dos profissionais e das necessidades dos processos de trabalho. Essas novas habilidades deverão ser incentivadas e avaliadas durante a graduação dos profissionais. Assim, ações sociais e de educação em saúde desenvolvidas pelos acadêmicos, aproxima-os da população e os capacitam para uma atuação de qualidade e de forma interprofissional, colaborativa e autônoma (BARRETO, et al., 2000; CECCIN; FEUERWERKER, 2004; ERDMANN et al., 2009; MOREIRA; DIAS, 2015).

Na área da Farmácia, até o ano de 1969, a profissão ficou fragmentada, uma vez que o currículo previa, em um primeiro momento, uma formação básica em Farmácia,

com ênfase na indústria de medicamentos e, posteriormente, uma formação Bioquímica, que habilitava à realização de exames clínicos laboratoriais. Nesse período, o currículo dos cursos era regulamentado pelo Parecer 287/62 do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

No esforço de estabelecer uma nova base curricular e traçar um novo perfil profissional, em 1969, através do Parecer 287/69, o CFF instituiu um formato de ensino com três habilitações possíveis, de escolha do acadêmico no último ano da graduação. Assim, o acadêmico cursava três anos de Farmácia e no quarto ano escolhia a formação Bioquímica (Análises Clínicas ou Tecnologia de Alimentos) ou Industrial (Indústria Farmacêutica). Com isso, a atuação do farmacêutico nas diferentes áreas dependia exclusivamente de sua formação acadêmica, a qual era totalmente tecnicista (DOURADO e COELHO, 2010).

Com a evolução visível no cenário brasileiro e com a criação do SUS, muitos cursos de graduação tiveram que repensar seu sistema de ensino, visando a formação de um profissional habilitado a atuar em diferentes segmentos do sistema e a enfrentar os complexos problemas de saúde que sempre atingiu a população (ERDMANN et al., 2009; GOMES, ORTEGA e OLIVEIRA, 2010).

Neste contexto, o CFF, em 2002, estabeleceu a nova base curricular para os Cursos de Farmácia, baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo MEC. Com o novo currículo, é abandonada a formação tecnicista, que, de certa forma, bloqueava a percepção e a capacidade crítica dos acadêmicos e profissionais, passando a uma formação generalista. As novas diretrizes foram regulamentadas através da Resolução 02/2002 do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior (CNE/CES), do MEC. Entretanto, com o aumento expressivo dos cursos de Farmácia no Brasil, observou-se que havia uma grande diversidade de grades curriculares, gerando, com isso, inúmeras dificuldades ao CFF e sua Comissão de Ensino, que optaram por elaborar um manual com orientações fundamentais para a implantação das mudanças em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do País (BRASIL, 2002; DOURADO e COELHO, 2010).

O ensino generalista para a profissão farmacêutica foi criada pela necessidade de formar um profissional mais humanista, com uma visão não somente técnica, mas com habilidades para entender os reais anseios da população, através de ações sociais, educação em saúde e assistência farmacêutica de forma efetiva, atuando em todos os níveis da atenção à saúde (DOURADO e COELHO, 2010). Neste contexto, e de encontro com as carências identificadas na profissão ao longo desses anos, novamente, em 2017, o CFF instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Farmácia (DCNs em Farmácia), que definem os princípios, os fundamentos, as condições e os procedimentos da formação de Farmacêuticos de forma integrada e que devem ser organizadas, desenvolvidas e avaliadas nos âmbitos dos sistemas de ensino superior do Brasil (BRASIL, 2017).

Desta forma, este trabalho traz a proposta de revisar a literatura de forma

descritiva, em relação às mudanças que envolvem o ensino de Farmácia no país ao longo dos anos.

## 2 | METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão qualitativa descritiva da literatura sobre a evolução do ensino farmacêutico no Brasil, nas diferentes bases de dados.

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ano de 1988 foi marcado por uma série de mudanças no Brasil, estabelecidas pela Constituição Federal Brasileira, pautada principalmente por mudanças significativas na saúde do País, através de um novo sistema de saúde. A criação do SUS sinalizou intensas transformações no campo da saúde, então considerada “um direito de todos e dever do estado” (BRASIL, 1988; MOREIRA; DIAS, 2015).

Inevitavelmente, esse novo sistema, passou a influenciar o modelo de ensino estabelecido, principalmente nos cursos da área da saúde. As primeiras DCNs surgiram em 2001, 13 anos após a criação do SUS, sendo para isso necessário preparar os futuros profissionais para esse “novo” sistema de saúde. Profissionais voltados às suas respectivas áreas técnicas, sem preparo para o cuidado e atenção integral à saúde, compunham o quadro de formação em saúde vivenciados naquele momento (MACHADO, 2005; MOREIRA; DIAS, 2015).

Na área farmacêutica, o profissional encontra-se em constante busca de sua identidade. Tal fato é percebido, historicamente, pelo contexto da evolução do ensino farmacêutico no País ao longo de vários anos. A profissão farmacêutica era exercida, no início do século XX, em estabelecimentos de pequeno porte, conhecidos como Boticas, em que o Boticário (Farmacêutico na época), era referência para a sociedade, não somente em relação ao preparo e comercialização do medicamento e prestação de orientações sobre o uso dos produtos, mas também como forma de atualização, uma vez que os meios de comunicação eram escassos na época. Aos poucos, os boticários deram lugar aos Farmacêuticos, com a criação das Faculdades de Farmácia da Bahia, Rio de Janeiro e Ouro Preto, iniciando efetivamente, a farmácia científica no Brasil (FERNANDES, 2004). Entretanto, com a instalação de indústrias farmacêuticas, que se deu através dos avanços tecnológicos principalmente na área química, o profissional começou a perder espaço entre as décadas de 30 e 40 do século XX e, o setor magistral deu lugar às especialidades farmacêuticas (PEREIRA; NASCIMENTO, 2011; SATURNINO et al., 2011).

Com o incentivo do governo ao estabelecimento da indústria farmacêutica, o profissional passou a buscar uma nova área de atuação e encontrou, principalmente

nas análises clínicas, uma nova opção de trabalho (PEREIRA; NASCIMENTO, 2011).

Baseado nesse cenário, em 1969, o CFF viu-se obrigado a modificar a estrutura curricular dos cursos de formação em farmácia, que passou a contar com três habilitações. O currículo, criado através do Parecer 287/69, permitia a escolha da formação em Bioquímica (Análises Clínicas ou Tecnologia dos Alimentos) ou formação Industrial (habilitado a trabalhar em indústrias de medicamentos). Esse modelo manteve-se até o ano de 2002, quando as novas DCNs para a Farmácia trouxeram o perfil generalista, ao encontro do modelo de saúde em expansão no País (DOURADO e COELHO, 2010).

As mudanças foram profundas tanto que abandonar uma formação tecnicista e totalmente tradicional para criar um perfil profissional generalista, que contemplasse toda a área técnica articulada com o preparo humanista do profissional, foi sem dúvida um grande desafio para o CFF e para as IES. Muitos cursos de Farmácia não apresentavam uma padronização nos seus currículos e as diferenças eram substanciais, principalmente em relação às disciplinas ofertadas. Em apoio, o CFF concebeu um modelo de ensino referencial, no intuito de estabelecer uma formação acadêmica de qualidade e propor ações conjuntas para incrementar a atuação dos Farmacêuticos e inseri-los no mercado de trabalho, aproximando-os da comunidade e capacitando-os a atuar no sistema de saúde nos diferentes níveis de complexidade. Nesse modelo, foram estabelecidas três grandes áreas da formação profissional: Área de medicamentos; Alimentos; e Análises Clínicas e Toxicológicas (ARAÚJO; FREITAS, 2006; LORANDI, 2006; BERMOND et al., 2008; SATURNINO; FERNÁNDEZ-LLIMÓS, 2009; MONTEGUTI; DIEHL, 2016).

Ademais, em 2015, o CFF publicou um guia intitulado “O farmacêutico na assistência farmacêutica do SUS: diretrizes para ação”, de forma a colaborar para uma atuação qualificada no sistema público, pautada na assistência farmacêutica, identificando as diretrizes vigentes e as oportunidades de avanço neste campo (MANZINI et al., 2015).

Entre os avanços do SUS nos últimos anos, pode-se citar: o Programa Mais Médicos, que contempla um segmento denominado Atenção Primária em Saúde (APS), ampliação da SAMU 192, Programa Brasil Sorridente, investimentos em Unidades de Pronto Atendimento (UPA), ampliação das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), ampliação da cobertura das Estratégias Saúde da Família (ESFs) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), criação do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ), criação de redes temáticas como a instalação da Rede de Urgência e Emergência (RUE) e Rede Cegonha, introdução da Vacina anti-HPV, qualificação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde (COSEMS), implantação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e descentralização exclusiva do profissional médico e consolidação da equipe multiprofissional, entre outros (MANZINI et al., 2015).



Nesta perspectiva, MS e MEC, juntamente com os Conselhos Profissionais das diversas áreas da saúde, trabalham de forma integrada para que os futuros profissionais estejam aptos a enfrentar esse novo desafio, com o objetivo comum de assegurar um maior acesso da população ao sistema público, principalmente aos grupos mais vulneráveis, através de educação em saúde, com vistas à melhoria da qualidade de vida e ao envelhecimento saudável.

Os esforços usados para suprir o SUS com a atuação do profissional farmacêutico vêm de encontro com as novas DCNs para a Farmácia, publicadas no ano de 2017. As diretrizes atualizadas preveem um profissional com formação centrada nos fármacos, nos medicamentos e na assistência farmacêutica, de forma integrada, além da formação em análises clínicas e toxicológicas, cosméticos e em alimentos, de modo a contribuir para o cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade (BRASIL, 2017).

Assim, as novas DCNs para a Farmácia estabelecem que a formação deva ser pautada em princípios científicos e éticos, com caráter humanista, crítico, reflexivo e generalista, habilitando-o para todos os níveis de complexidade do sistema público, através de ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma interdisciplinar, multiprofissional e colaborativa. Essas diretrizes devem estar em consonância com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), prevendo ações vinculadas ao SUS em cenários práticos diversificados, comprometidos com o cuidado integral à saúde em defesa do ser humano e articulados ao ensino, a pesquisa e a extensão (SATURNINO e FERNÁNDEZ-LLIMÓS, 2009; BRASIL, 2017).

Ainda, as novas DCNs para a Farmácia prevêm que os cursos devam contar com atividades práticas e teóricas, estágios curriculares obrigatórios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares distribuídos em três eixos de formação (Eixo Cuidados, Eixo Tecnologia e Inovação e Eixo Gestão em Saúde) de forma articulada com a realidade regional do exercício profissional (BRASIL, 2017).

Outra mudança relacionada com o processo de avaliação dos estudantes é a criação das Farmácias Universitárias, através da Nota Técnica DAES/INEP 008/2015 (Diretoria Nacional de Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) que fortalece a Lei 13.021/2014. Essa lei estabelece que farmácias e drogarias sejam reconhecidas como unidades de assistência farmacêutica e de saúde. Esse avanço permitirá aos acadêmicos um cenário de práticas que vem ao encontro com as mudanças que estão em andamento na atual conjuntura da saúde. Esses espaços possibilitarão uma maior capacitação, uma vez que são considerados laboratórios didáticos especializados que contribuirão para o desenvolvimento de estágios e execução de projetos de pesquisa e extensão totalmente harmonizados com o ensino. Assim, o estudante assume papel central no processo ensino-aprendizagem, como protagonista da integração dos conhecimentos teóricos e práticos baseados na resolução de situações problemas (EINSFELD et al., 2009; BRASIL, 2014; BRASIL, 2015).



Ainda, dentro dessa perspectiva, vale ressaltar que o conceito de Atenção Farmacêutica foi criado em 1980, no intuito de ampliar a atuação do farmacêutico na atenção primária à saúde, com foco na pessoa humana e no uso racional de medicamentos. O grande objetivo era minimizar a prática da automedicação e aumentar o consumo sustentável, através da efetivação do tratamento e redução dos riscos e agravos à saúde do paciente. Esta definição está inserida no contexto da Assistência Farmacêutica, que tem por objetivo a prevenção de doenças, a promoção e recuperação da saúde, de forma integrada a uma equipe multiprofissional (PEREIRA e FREITAS, 2008; WANNMACHER, 2014).

As prioridades da atenção farmacêutica consistem em educação em saúde, orientação, dispensação e atendimento farmacêutico, acompanhamento farmacoterapêutico e registro sistemático de todas as ações de forma a promover a interação entre Farmacêutico e paciente no sentido de prever as suas reais necessidades e obtenção da efetiva ação terapêutica do medicamento (CONSENSO BRASILEIRO DE ATENÇÃO FARMACÊUTICA, 2002; PEREIRA; FREITAS, 2008). Neste sentido, todo o profissional que atua na atenção farmacêutica tem que ter conhecimento dessa filosofia, que guia as ações práticas no cuidado ao paciente e, ainda, estar apto a desenvolver suas habilidades de comunicação, imprescindíveis para o sucesso da intervenção profissional (DÁDER, 2001; STOPIRTIS et al., 2001; OPAS, 2002; APHA, 2010)

A assistência farmacêutica é designada como *“o conjunto de ações e serviços com vistas a assegurar a assistência terapêutica integral, a promoção e recuperação de saúde, nos estabelecimentos públicos e privados que desempenham atividades de projeto, pesquisa, manipulação, produção, conservação, dispensação, distribuição, garantia e controle de qualidade, vigilância sanitária e epidemiológica de medicamentos e produtos farmacêuticos”*. Com as mudanças ocorridas nos últimos 30 anos em decorrência da Constituição Federal e com a criação do SUS, a assistência farmacêutica tem se consolidado perante os órgãos públicos e ressalta-se a importância da implementação de um sistema que assegure de forma efetiva o acesso aos medicamentos (SATURNINO et al., 2011; BERMUDEZ et al., 2017; BERMUDEZ et al., 2018).

Ao longo desses anos, a assistência farmacêutica tem se firmado em suas prioridades, que são a descentralização, o financiamento e as ações logísticas, pautadas no acesso ao medicamento. Houve avanços nos sistemas licitatórios e de aquisição de medicamentos, mas há ainda a fragmentação das três prioridades, principalmente no que diz respeito à descentralização. O foco ainda permanece no medicamento e não na atenção ao paciente, o que prejudica a integralidade do SUS. O Programa Farmácia Popular do Brasil firmou parcerias com estabelecimentos farmacêuticos, expandiu-se e consolidou-se, mas devolveu o caráter centralizador ao MS, não disponibilizando ao usuário ações de uso racional e acompanhamento farmacoterapêutico (BRASIL, 1998; ROVER et al., 2016) .

Neste âmbito, o farmacêutico vem se firmando em relação a sua função social e de forma a oportunizar um serviço de qualidade, centrado no paciente como um todo, pois cada vez mais ele se habilita a fim de atuar em educação em saúde, de forma a promover mudanças comportamentais no indivíduo saudável, que impactem de forma positiva em sua qualidade de vida e bem-estar. O paciente é visto como um ator importante na relação saúde-doença para que seja retirado, aos poucos, o destaque do medicamento. Quando utilizado de forma racional, o medicamento proporciona benefícios inestimáveis, mas quando seu uso é indiscriminado, torna-se um problema de saúde pública e um risco à saúde da população. Com isso, o Farmacêutico é o profissional responsável por prestar orientações quanto ao uso adequado dos medicamentos, possibilitando maior adesão à terapia e contribuindo para o sucesso da mesma (NICOLINE e VIEIRA, 2011; BERMUDEZ et al., 2018).

De acordo com Merola, El-Khatib e Granjeiro (2005), a grande maioria dos pacientes que utilizam medicamentos, não aderem a terapia prescrita pelo médico. O abandono, a interrupção ou a troca da terapia são práticas comuns por parte de alguns pacientes. Além disso, a falta de acesso aos serviços médicos aliados a prática indiscriminada da automedicação, consistem de grandes desafios e dificuldades para os gestores em saúde. O farmacêutico é o profissional que se encontra inserido entre a prescrição, a distribuição e o uso do medicamento, apresentando um papel de extrema importância na garantia do cuidado médico.

Ainda, informa sobre as formas de conservação/armazenamento e descarte, bem como o consumo racional dos medicamentos, contribuindo, dessa forma, não só para educação do paciente, mas de toda a equipe multiprofissional. Quando o farmacêutico consegue exercer efetivamente o seu papel como profissional da saúde, responsável e ético, todos, pacientes e equipes, se beneficiam dessas habilidades (VIEIRA, 2007; SATURNINO et al., 2011; BERMUDEZ et al., 2018).

De acordo com dados disponíveis no portal do CFF, a Farmácia conta com aproximadamente 135 áreas de atuação profissional, distribuídas entre as áreas de medicamentos, alimentos e análises clínicas e toxicológicas, propiciando ao Farmacêutico, inúmeras opções conforme o perfil pessoal e preferências individuais (CFF, 2018).

Ainda, o CFF tem capacitado o profissional a atuar em outros campos que constituem conquistas importantes para a profissão nos últimos anos, como a atuação do farmacêutico na Saúde Estética (Resolução CFF 573/2013) como analista de saúde na Defensoria Pública (Resolução CSDPE 08/2017), além da regulamentação da atuação clínica do farmacêutico (Resolução 585/2013) e da prescrição farmacêutica (Resolução CFF 586/2013). Entre esses pontos, destaca-se a possibilidade da criação de consultórios farmacêuticos, de forma privativa e individualizada, com possível indicação de medicamentos isentos de prescrição (MIPs). Esse avanço é um marco importante para a profissão e que efetiva uma forma de atuação colaborativa com outros profissionais, principalmente o médico, que terá na figura do Farmacêutico um

aliado na triagem de problemas de saúde autolimitados. Desta forma, o Farmacêutico poderá encaminhar o paciente ao médico quando realmente houver essa necessidade ou em casos severos de doença, uma vez que muitos agravos à saúde decorrem da falta de assistência médica em unidades de saúde ou de acesso limitado dos usuários às clínicas particulares (BRASIL, 2013; BRASIL, 2017; BRASIL, 2013; BRASIL, 2013).

Diante desse cenário de mudanças e transformações, cabe às IES e aos cursos de graduação em Farmácia, proporcionar uma formação qualificada que vai ao encontro da realidade do País. Por muitos anos se reconheceu a necessidade de profissionais capacitados para o trabalho no sistema público, com foco no paciente e centrado na prevenção de doenças e promoção da saúde, que abranja não somente o doente, mas também o indivíduo saudável, para que o mesmo participe desse processo de forma ativa, autônoma e como coprodutores dos serviços de saúde, inclusive no autocuidado. Reconhece-se também que os esforços e as metas não serão atingidos de forma individualizada, mas de maneira interprofissional e colaborativa. Ainda, nessa perspectiva, o professor passa a ser um facilitador além de mediador e o estudante assume um papel de destaque central em seu processo de aprendizagem (MEROLA, EL-KHATIB e GRANJEIRO, 2005, BRASIL, 2017).

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação generalista do farmacêutico, estabelecida em 2002 representa um grande avanço para a profissão no sentido de ampliar a visão humanista, reflexiva e crítica dos profissionais, de forma a desenvolver a sua função social e aproximá-lo da população, principalmente as parcelas mais vulneráveis. A incorporação do Farmacêutico no Sistema Único de Saúde ocorre lentamente, porém com alguns avanços. Entretanto, o CFF tem trabalhado no sentido de promover mudanças quanto às áreas de atuação do farmacêutico e através da instituição das novas DCNs em Farmácia no ano de 2017. Além disso, a atuação do Farmacêutico Clínico e a regulamentação da prescrição farmacêutica constituem um marco para a profissão, que vieram como auxílio na resolução de problemas menores de saúde e indicação de medicamentos isentos de prescrição médica (MIPs). Essas medidas poderiam descongestionar o sistema e aumentar a cobertura de atendimentos da população. Finalmente, a implantação de uma efetiva assistência farmacêutica nas redes públicas teria uma dupla vantagem: permitir ao acadêmico vivências nos cenários de práticas do sistema público, de forma interdisciplinar, multiprofissional e interprofissional, incrementando seus saberes e anseios; e beneficiar o sistema, com as ações realizadas pelas IES em todos os níveis de atenção, principalmente na atenção básica, preparando melhor seus profissionais para atuarem nesses setores. Desta forma, as mudanças curriculares veem ao encontro da evolução do cenário político-econômico-social que o País enfrenta e a sua implantação e implementação é de fundamental

importância para o avanço do sistema e melhor preparo dos futuros profissionais Farmacêuticos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A.L.A.; FREITAS, O. **Concepções do profissional farmacêutico sobre a assistência farmacêutica na unidade básica de saúde: dificuldades e elementos para a mudança.** Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences. vol. 42, n. 1, p.137-146, 2006.
- APHA. **American Pharmacists Association. Principles of Practice for Pharmaceutical Care.** Disponível em: <<http://www.aphanet.org/pharmcare/prinprac.html>>. Acesso 16 set 2018.
- BARRÊTO, I. C. H. C., et al. **A Residência em Saúde da Família em Sobral: um ano formando especialistas em larga escala.** Sanare: Revista de Políticas Públicas, v. 2, n. 3, p. 18-28, 2000.
- BERMUDEZ, J. A. Z. et al. **Assistência Farmacêutica nos 30 anos do SUS na perspectiva da integralidade.** Ciência e Saúde Coletiva, v. 23, n. 6, p.1937-1951, 2018.
- BERMUDEZ, J. **Contemporary challenges on access to medicines: beyond the UNSG High-Level Panel.** Ciência e Saúde Coletiva, v. 22, n. 8, p. 2435-2439, 2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: 1988.
- BRASIL. **Portaria MS/GM Nº 3916, de 30 de outubro de 1998.** Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Brasília, DF. *Diário Oficial da União* 1998; 31 out.
- BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução Nº 002 de 10 de Janeiro de 2002.** Brasília, 2002.
- BRASIL. **Nota Técnica DAES/INEP 008/2015** (Diretoria Nacional de Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Brasília, 2015.
- BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução Nº 573 de 22 de Maio de 2013.** Brasília, 2013.
- BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução Nº 585 de 29 de agosto de 2013.** Brasília, 2013.
- BRASIL. **Conselho Federal de Farmácia. Resolução Nº 586 de 29 de agosto de 2013.** Brasília, 2013.
- BRASIL. **Lei 13.021 de 08 de agosto de 2014.** Presidência da República. Casa Civil, 2014.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(INEP). **Nota Técnica DAES/INEP Nº 008/2015,** 2015.
- BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução Nº 06 de 19 de Outubro de 2017.** Brasília, 2017.
- CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. **O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social.** Physis., v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.
- CFF. Conselho Federal de Farmácia. **Área de atuação do farmacêutico.** Disponível em: <http://www.cff.org.br/pagina.php?id=14&titulo=%C3%81reas+de+atua%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 16 set. 2018.

CONSENSO BRASILEIRO DE ATENÇÃO FARMACÊUTICA. **Atenção Farmacêutica no Brasil: trilhando caminhos**. Brasília, 2002.

DÁDER, M. J. F. **Introducción práctica a la Atención Farmacêutica. Módulo 2: Introducción a la Atención Farmacêutica**. Granada: Universidad de Granada, 2001. 27p.

DOURADO, C.S.M.E.; COELHO, M.S.R. **Adequação dos cursos de Farmácia às novas Diretrizes Curriculares**. Revista Científica da FSA - Teresina - Ano VII - nº 7 / 2010.

EINSFELD, L. et al. **A extensão universitária enquanto ferramenta para formação de um novo perfil de profissional farmacêutico**. Em extensão, Uberlândia, v. 8, n. 2, p. 23-32, 2009.

ERDMANN, A. E. et al.. **O olhar dos estudantes sobre sua formação profissional para o Sistema Único de Saúde**. Acta Paulista de Enfermagem. v. 22, n.3, p. 288-294, 2009.

FERNANDES, TM. **Boticas, indústrias farmacêuticas e grupos de pesquisa em plantas medicinais: origens no Brasil**. In:Plantas medicinais: memória da ciência no Brasil [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004, pp. 27-76.

GOMES, A.J.P.S.; ORTEGA, L.N.; OLIVEIRA, D.G. **Dificuldades da avaliação em um curso de farmácia**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP. v. 15, n. 3, p. 203-221, 2010.

LORANDI, P.A. **Análise histórica da formação acadêmica do farmacêutico - quatro décadas**. Infarma, v.18, n. 7/8, p.7-12, 2006.

MACHADO, C. V. **Direito universal, política nacional: o papel do Ministério da Saúde na política de saúde brasileira de 1990 a 2002**. Tese (Doutorado) – Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MANZINI, F. et al. **O farmacêutico na assistência farmacêutica do SUS: diretrizes para ação**. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2015.

MEROLA, Y.L.; EL-KHATIB, S.; GRANJEIRO, P.A.. **Atenção farmacêutica como instrumento de ensino**. Infarma, v.17, n. 7/9, p. 70-72 2005.

MONTEGUTI, B. R.; DIEHL, E. E. **O ensino de Farmácia no sul do Brasil: preparando Farmacêuticos para o Sistema Único de Saúde?** Trabalho, Educação e Saúde, v. 14, n. 1, p. 77-95, 2016.

MOREIRA, C.O.F.; DIAS, M.A.S. **Diretrizes Curriculares na saúde e as mudanças nos modelos de saúde e de educação**. Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde, v. 40, n. 3, p. 300-305, 2015.

NICOLINE, C.B.; VIEIRA, R.C.P.A.. **Assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde (SUS): percepções de graduandos em Farmácia**. Comunicação Saúde Educação. v.15, n.39, p.1127-41, 2011.

OLIVEIRA, A. B. et al.. **Obstáculos da atenção farmacêutica no Brasil**. Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences. v. 41, n. 4, p. 409-414, 2005.

OPAS. **Organização Pan-Americana de Saúde. Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica**. Atenção Farmacêutica no Brasil: trilhando caminhos – Relatório 2001-2002. Fortaleza, CE, 2002. 46 p.

PEREIRA, L.R.L.; FREITAS, O.. **A evolução da Atenção Farmacêutica e a perspectiva para o Brasil**. Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences. v. 44, n. 4, p.601-612, 2008.

PEREIRA, M.L.; NASCIMENTO, M. M. G. **Das boticas aos cuidados farmacêuticos: perspectivas do profissional farmacêutico.** Revista Brasileira de Farmácia, v.92, n. 4, p. 245-252, 2011.

ROVER, M. R. M. et al. **Da organização do sistema à fragmentação do cuidado: a percepção de usuários, médicos e farmacêuticos sobre o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.** *Physis*, v. 26, n. 2, p. 691-711, 2016.

SATURNINO, L.T.M.; FERNÁNDEZ-LLIMÓS, F. **A Farmácia Escola no Brasil: estado da arte e perspectivas.** Revista Brasileira de Farmácia, v.90, n.3, p.204-210, 2009.

SATURNINO, L.T. M.; PERINI, E.; LUZ, Z.P.; MODERNA, C.M.. **Farmacêutico: um profissional em busca de sua identidade.** Revista Brasileira de Farmácia. v.93, n.1, p.10-16, 2012.

STORPIRTIS, S.; RIBEIRO, E.; MARCOLONGO, R. **Novas diretrizes para a assistência farmacêutica hospitalar: a Atenção Farmacêutica/ farmácia clínica.** In: Gomes MJVM & Reis AMM (Org). Ciências Farmacêuticas – uma abordagem em farmácia hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2001. p. 521-533.

VIEIRA, F.S. **Possibilidades de contribuição do farmacêutico para a promoção da saúde.** Ciência e Saúde coletiva, v.12, n.1, p. 213-220, 2007.

WANNMACHER, L. **Seleção de Medicamento.** In: Osoriode-astro CGS, Luiza VL, Castilho SR, Oliveira MA, Marin N, editors. Assistência Farmacêutica: gestão e prática para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz;2014. p. 79-88.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-083-4

